

PROPOSTA DE ATA N.º 21/2014 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2014. -----

----- Aos catorze dias do mês de novembro de dois mil e catorze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão extraordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira (CDU-PCP/PEV) e onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Pereira, João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT). -----

----- Estiveram ainda presentes no apoio à reunião: Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, em Regime de Substituição e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior (Eng.º Civil). -----

----- Verificando-se quórum, o Sr. Presidente cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram quinze horas e vinte e três minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

MOVIMENTO DE FUNDOS -----

----- Foi distribuído o Resumo Diário de Tesouraria de 13 de novembro de 2014, que apresentava um total de disponibilidades de € 120.940,04. -----

----- O Sr. Presidente informou que os pontos que constituíam a **ORDEM DO DIA** da presente reunião e constantes da convocatória, eram os seguintes: -----

Ponto 1 - Regimento da Câmara Municipal de Alpiarça. Proposta do Sr. Presidente da Câmara. Para deliberação. -----

Ponto 2 - Empreitada Remodelação e Beneficiação do Museu de Alpiarça – Casa Museu dos Patudos – Liberação de Garantia Bancária. Informação Técnica n.º 55/2014. Para deliberação. -----

Ponto 3 - Licença especial de ruído, para um evento de Karaoke, a realizar na Rua Silvestre Bernardo Lima, n.º 210, em Alpiarça, entre as 22h do dia 01 de Novembro e as 02h do dia 02 de Novembro de 2014. Requerente: Maria Prazeres Cruz Fitas Silva. Para ratificação. -----

Ponto 4 - Licença especial de ruído, para um evento de Karaoke, a realizar na Rua dos

Bombeiros e da Música, n.º 4 (Bar da Música), em Alpiarça, entre as 22h do dia 08 de Novembro e as 02h do dia 09 de Novembro de 2014. Requerente: Isabel Maria Lopes dos Santos Carapinha. Para ratificação. -----

Ponto 5 - Licença especial de ruído, para um evento de Karaoke, a realizar na Rua Silvestre Bernardo Lima, n.º 210, em Alpiarça, entre as 21h do dia 15 de Novembro e as 02h do dia 16 de Novembro de 2014. Requerente: Maria Prazeres Cruz Fitas Silva. Para deliberação. -----

Ponto 6 – Proposta do Sr. Presidente da Câmara, sobre o prolongamento do horário de funcionamento do Bar “Tem Que Ser”, sito na Rua Óscar Monteiro Torres, n.º 20 em Alpiarça.. Para deliberação. -----

----- **ATAS** -----

----- O Sr. Presidente informou que na reunião de hoje tinham para apreciar e votar a ata n.º 12/2014, referente à reunião do dia 30/06/2014, pondo-a à discussão. -----

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha, começou por saudar todos os presentes e voltou a falar do atraso verificado nas atas, dizendo que não é admissível que em meados de novembro de esteja a discutir uma ata de junho, para mais quando há câmaras aqui bem perto que reúnem semanalmente e têm as atas em dia. Sugeriu também dotar a mesa de um computador e de uma impressora para que a pessoa que secretaria as reuniões não tenha de escrever tudo à mão e pensa que feito num computador era trabalho que se adiantava. Relembrou que foi nesta reunião de 30 de junho que foi aprovada a sua proposta para a criação das rondas da GNR em bicicleta, lembrou também que nesta reunião foi falada a questão dos concursos de admissão de funcionários, lembrou também que foi nesta reunião que lhe foi prometido que lhe iriam entregar a documentação da Agroalpiarça e que o Sr. Presidente também referiu que estava a ser feita a reconstituição dos Legados de uma forma séria. Quanto à conta de exploração das piscinas, referiu que também já a tinha pedido há muito tempo e continuava sem lhe ser entregue. Depois disse que a conta corrente com o bar das piscinas, foi uma conta fabricada e que estava errada, porque falava numa dívida do concessionário à câmara de 4.000 euros e passados 3 ou 4 meses quando viu afixado

nas piscinas o documento da tomada de posse administrativa do bar das piscinas por incumprimento do pagamento de rendas por parte do concessionário, verificou que o valor em dívida era de doze mil euros, era impossível que em tão curto espaço de tempo a dívida aumentasse assim tanto. Considerou que a relação do Sr. Presidente com os vereadores da oposição no que toca a entrega de documentos, é uma relação bastante negativa, levando a que ele próprio tenha apresentado queixa à C.A.D.A. - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, que lhe viria a dar razão, declarou também que ele vereador Francisco José Saturnino Cunha não confiava em muitos dos documentos que lhe são dados. O Sr. Presidente sugeriu que se há documentos em falta, então que o Sr. Vereador elabore um documento em que informe qual é a documentação em falta, para que ele, junto dos serviços, obtenha esclarecimentos sobre as causas dessa documentação não lhe ter sido entregue. O Sr. Presidente pediu que se avançasse, porque o que está em discussão é a redação da ata e sua aprovação e não da documentação que se entregou ou do que falta entregar. Esse tipo de assuntos devem ser tratados no período de antes da ordem do dia. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar, após saudar todos os presentes, começou por usar da palavra sobre o modo como são elaboradas as minutas das atas, opinando que está perfeitamente de acordo com a sugestão do Sr. Vereador Francisco Cunha, de que as minutas das atas possam ser datilografadas em computador, que se aproveite esse trabalho, de quem está a secretariar as reuniões, até porque a própria Lei refere que as minutas das atas servem de base à elaboração da ata definitiva. Acrescentou ainda que é perfeitamente perceptível que paralelamente à feitura manual da minuta por quem está a secretariar as reuniões, alguém está a datilografar o resultado das deliberações, porque passados minutos do termo das reuniões de câmara, a forma como nós aqui votámos os vários pontos, aparecem na página do facebook do município de Alpiarça e na blogosfera o que também pressupõe aqui uma duplicação de funções que era perfeitamente evitável. Relativamente à redação da ata disse não ter nada a dizer, uma vez que esteve ausente e como tal se irá abster. -----

----- O Sr. Presidente pôs a ata n.º 12/2014, da reunião de 30/06/2014, à votação,

tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Pedro Gaspar e com o voto contra do Sr. Vereador Francisco Cunha, que em declaração de voto disse: “eu votei contra na sequência de posições já assumidas anteriormente e votarei sempre contra às atas que não sejam apresentadas dentro do prazo legal”. -----

----- Votada a ata o Sr. Presidente deu início ao período seguinte. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

----- O Sr. Presidente deu início a este período, chamando a atenção para que não se excedesse o período de uma hora, tendo em atenção que já se perdeu meia hora na discussão de uma ata. Concedeu então quinze minutos a cada vereador da oposição, acrescidos de um período de mais cinco minutos também a cada um deles, para efeitos do exercício de réplica ou esclarecimento de dúvidas. -----

----- Dada a palavra ao Sr. Vereador Pedro Gaspar, começou por registar que já lhe foi entregue o Relatório de Segurança da Casa dos Patudos. Depois disse que gostaria de propor ao Executivo que fossem entregues Medalhas de Mérito Desportivo, de grau a definir, à Equipa Sénior Feminina de Triatlo do C.D. “Os Águias” que se sagrou campeã nacional, à Equipa Sénior Feminina de Triatlo do C.D. “Os Águias” que se sagrou vice-campeã nacional e também à Equipa Masculina de Sub-23 que também se sagrou campeã nacional, sem prejuízo da atribuição de outras medalhas a outros atletas que igualmente se tenham distinguido individualmente. Abordou de seguida a questão do seguro de acidentes pessoais e profissionais dos Bombeiros, e questionou se era possível ser esclarecido se há diferenciação de coberturas entre os seguros que são feitos para os bombeiros profissionais e para os bombeiros voluntários, uma vez que sabemos que existem essas duas classes de bombeiros na nossa corporação. Questionou também o facto de entre todos os municípios do país, o site do município de Alpiarça ocupar o 184.º lugar em termos de transparência. Abordou depois um assunto que está a ser muito debatido nas redes sociais, que é a promoção de uma castanhada, por parte de um privado, no sentido de, com a obtenção dos proventos resultantes desse evento, se fazerem obras de melhoramentos no telhado do Mercado Municipal. Depois disse ter conhecimento que o Bar da Barragem está fechado para

obras, o que faz pressupor que: ou vai ser proposto para nova concessão ou então que o atual concessionário vai continuar com a sua exploração por mais uns tempos e gostaria de saber o ponto de situação dessa concessão. Finalizou dizendo que a câmara de Alpiarça tem feito e muito bem um investimento na recuperação do espaço que conhecemos como Reserva Natural do Cavalo do Sorraia, que é um espaço muito agradável. Acrescentou que recebeu uma denúncia que foi igualmente remetida para o SEPNA e que foi pessoalmente ao local durante a manhã, que tirou algumas fotografias e que pode verificar que há ali maus tratos aos animais, como feridas, falta de escovagem e subnutrição e perguntou se estava a haver algum desinvestimento naquele espaço e principalmente nos cavalos, que são a atração central da Reserva. ----

----- Dada a palavra ao Sr. Vereador Francisco Cunha, felicitou o executivo por já terem sido colocados os sinais semaforico de travessia de peões no cruzamento do Jardim Municipal e espera que assim continuem por muito tempo. Solicitou que fosse feita a poda dos plátanos que se encontram na rua João Maria da Costa, que estão muito altos e cuja folhagem já cai para cima dos telhados, promovendo a sujidade e entupimento de algerozes. Falou também da transparência do site do município de Alpiarça e que existe uma entidade privada, que é uma associação cívica, que coloca Alpiarça numa posição muito desfavorável em termos de transparência, sendo considerada a informação prestada como insuficiente. Informou depois que foi contactado para vir aos Paços do Concelho para ser questionado por inspetores da Inspeção Geral de Finanças e que ficou espantado quando na receção anunciou que estava ali, porque tinha sido convocado para falar com os inspetores que estavam na câmara e a telefonista em vez de o anunciar aos inspetores, o anunciou ao chefe de gabinete do Sr. Presidente, considerando o vereador que o Sr. Presidente não tem o direito de controlar os seus passos através do seu chefe de gabinete e que uma coisa destas, nem no tempo da outra senhora. Depois disse que não iria falar muito nem do Orçamento nem das Grandes Opções do Plano, até porque esta documentação já foi aprovada na última reunião de câmara. Acrescentou que apenas queria questionar o Sr. Presidente da Câmara se ele tinha a certeza se dentro de um a dois anos, a câmara de

Alpiarça não estaria a recorrer ao FAM, considerando este orçamento tão pobre, tão parco de ideias, que nem tem adjetivos para o qualificar, estando convencido que caminhamos a passos largos para sermos novamente uma freguesia de Almeirim. O Sr. Vereador Francisco Cunha finalizou, alegando que entregou um requerimento na câmara no dia 16 de abril de 2014, solicitando vária documentação da Agroalpiarça e que até hoje parte da documentação que solicitou, que considera a mais importante, não lhe foi entregue. Depois chamou a atenção que o Parecer do Conselho Fiscal, que vem junto às contas da Agroalpiarça, deve estar assinado por três elementos e apenas está assinado pelo seu presidente, pessoa que aliás também era presidente do conselho fiscal da Arpica, onde segundo notícias vindas a público desapareceram mais de cem mil euros, sem que o mesmo se tenha apercebido. O Sr. Presidente interrompeu para perguntar se o Sr. Vereador Francisco Cunha estava a insinuar que esta pessoa tinha alguma coisa a ver com o desaparecimento de dinheiro, ao que o Sr. Vereador Francisco Cunha respondeu que não disse isso, apenas acha que a pessoa é incompetente para desempenhar o lugar que ocupa na Agroalpiarça. O Sr. Presidente acusou o Sr. Vereador Francisco Cunha de estar a usar uma forma vil de fazer política, ao fazer este tipo de insinuações. -----

----- O Sr. Presidente passou depois a responder às questões que foram colocadas, dizendo que as medalhas de mérito propostas pelo Sr. Vereador Pedro Gaspar fazem todo o sentido e que estas e provavelmente outras propostas serão oportunamente aprovadas numa próxima reunião de câmara. Relativamente à transparência e à seriedade do município de Alpiarça, o Sr. Presidente disse que foram questões abordadas por ambos os vereadores da oposição e que segundo julga saber, a entidade que divulgou os índices de transparência é uma entidade privada que compara a informação que é divulgada nos sites dos diversos municípios, desconhecendo os critérios que esta entidade usa. Neste momento foi interrompido pelo Sr. Vereador Francisco Cunha que disse ao Sr. Presidente que os critérios são bem explícitos e basta ir ao site da entidade que estuda os índices de transparência e verificar quais os itens que não são cumpridos pelo município de Alpiarça. O Sr. Presidente ripostou dizendo

que não estamos assim tão maus em termos de transparência, que estamos bem melhores que outros municípios da nossa dimensão e que em termos de divulgação integral das reuniões de câmara através de vídeo somos das poucas câmaras municipais do país a fazê-lo. Sobre a castanhada que está em vias de se realizar para angariação de fundos para arranjo da cobertura do mercado municipal, disse que qualquer intervenção de fundo em infraestruturas municipais será da responsabilidade da Câmara de Alpiarça, não obstante a que pontualmente possam ser desenvolvidas parcerias. Quanto à Reserva do Cavalo do Sorraia disse que é um local onde se tem vindo a fazer um investimento continuado e onde se prova que sem muito dinheiro de pode ir fazendo a recuperação de alguns espaços municipais e tem constituído uma atração de muitos forasteiros, principalmente aos fins de semana. Sobre a denúncia que o Sr. Vereador Pedro Gaspar recebeu relativamente ao que se passa com os cavalos, manifestou interesse em ficar com os dados e que serão de todo o interesse para verificar o que se passa, que a ser como o Sr. Vereador diz, são factos graves. Relativamente à poda dos plátanos, referiu que já lhe tinha chegado um chamada de atenção nesse sentido, informando que de alguns anos a esta parte a câmara tem evitado usar uma poda radical nos plátanos e noutras árvores, que se praticava há uns anos atrás e que estava inclusivamente a levar à morte de algumas árvores. Neste momento a poda é feita depois de ponderadas várias questões, como a questão ambiental, a questão paisagística e a questão de segurança, optando-se caso a caso por não mexer, por fazer uma poda ligeira e nalguns casos uma poda mais radical quando as árvores começam a ficar muito altas, em risco de queda ou de causarem prejuízos em bens públicos ou privados, além de que precisávamos de árvores de maior porte. Quanto à questão aqui referida pelo Sr. Vereador Francisco Cunha sobre a presença na Câmara de uma Inspeção da IGF, prometeu que assim que tenha o relatório da inspeção dará conhecimento do mesmo ao Executivo e ao sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Quanto à questão da transparência e da tutela inspetiva, o Sr. Presidente informou que entre a última Inspeção verificada em 2003 quando ainda era presidente de câmara o Dr. Rosa do Céu e a primeira inspeção já com este Executivo de

maioria CDU, decorreram 7 anos, ou seja foi feita em 2010. Depois da tomada de posse deste Executivo de maioria CDU já foram feitas 3 inspeções. Sobre o Orçamento disse que o mesmo veio aqui, foi discutido, é o Orçamento possível, que há uma diminuição substancial de receitas, e há uma grande indefinição relativamente aos Fundos Comunitários. Por outro lado o Sr. Presidente disse que o Município de Alpiarça tudo fará para nunca vir a sujeitar-se ao FAM e se isso eventualmente vier a acontecer terão de ser assacadas responsabilidades a executivos anteriores, porque não serão os executivos que herdaram uma câmara com mais de 13 milhões de euros de dívidas, numa situação de rutura financeira, com bens penhorados, e outros ameaçados de penhora, que têm vindo a amortizar a dívida, que mantêm a câmara a funcionar e que ainda por cima fazem obras, que vão arcar com as culpas, tal como se infere da intervenção do Sr. Vereador Francisco Cunha. Passou a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos, fim de responder a outras questões colocadas. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos, em relação aos bombeiros informou que todos os bombeiros têm seguro. O que pode adiantar é que os seguros são feitos de acordo com o estabelecido na Lei, sobre os detalhes dos mesmos só consultando mesmo as próprias apólices e poderá remetê-las ao vereador para conhecimento. Em relação à castanhada informou que houve um grupo de comerciantes que solicitou a cedência do espaço para promover uma castanhada, da mesma forma que lá se têm desenrolado outras atividades e eventos para se tentar dinamizar o espaço e a ideia das pessoas, era para poderem de qualquer forma ajudar a melhorar o espaço e terem um quota parte nessa melhoria, embora sendo o Mercado um edifício municipal, é evidente que a responsabilidade caberá sempre à câmara municipal, o que não invalida que se possam estabelecer parcerias, para melhoria do espaço, que no fundo beneficiaria toda a gente. Em relação à concessão do Bar da Barragem, sob proposta do atual concessionário, foi proposta a renovação da concessão, na condição de ser o concessionário a fazer ali todas as obras necessárias à melhoria do espaço, o que levou a que se fizesse uma inventariação de todas as benfeitorias feitas pelo concessionário e das obras a realizar, tendo sido feita uma proposta no sentido de ser o concessionário a

fazer todas as obras a seu cargo e que virá à câmara para conhecimento. Quanto à Agroalpiarça havia algumas dúvidas quanto à confidencialidade de alguns dos contratos e estamos a aguardar respostas nesse sentido, para se saber se podemos ao não fornecer essa documentação. Quanto à validade da cópia do parecer do conselho fiscal da Agroalpiarça, disse que teria de verificar o documento original, uma vez que a fotocópia vem carimbada e assinada pelo funcionário da cooperativa. O Sr. Presidente perguntou se algum dos senhores vereadores da oposição queria intervir para esclarecimento de alguma dúvida. -----

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha relativamente às contas da Alpiagra, perguntou se o Espetáculo Melão veio a custo zero a Alpiagra e disse que gostaria de saber quanto é que esse espetáculo custou no Festival do Melão. Sobre o FAM o senhor vereador opinou que dificilmente escaparemos a ter de ser apoiados pelo FAM, dada a situação financeira da autarquia e opinou que embora não sendo vereador eleito pelo PS, ficava mal ao Sr. Presidente estar a desculpar-se com executivos anteriores, sobre a situação financeira da câmara, como se as culpas fossem todas do PS. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar relativamente à iniciativa da castanhada, disse que era bom saber-se quem afinal promoveu o evento, se foi um, dois ou mais comerciantes, até para lhes agradecer, mas não está a perceber como é que vão proceder a obras no Mercado Municipal com a ajuda dos comerciantes, até por questões contabilísticas. Relativamente ao mérito desportivo das equipas do Triatlo do CD “Águias” questionou o Sr. Presidente se era possível saber qual o contributo efetivo em subsídios que a câmara dá para este desporto de competição, tendo em conta que alguns atletas são remunerados e outros não o são. Relativamente à posição do município de Alpiarça no ranking da transparência, o senhor vereador aproveitou para dizer ao Sr. Presidente que ele se deveria interessar mais pelo assunto e que um dos motivos para estarmos numa posição tão modesta tem a ver com a falta de informação que é disponibilizada no Site da autarquia, a começar pela não publicação das atas, nem tão pouco das deliberações dos órgãos autárquicos. Relativamente à Reserva do Cavalo do Sorraia, o Sr. Vereador Pedro Gaspar disse que tendo em conta que o Sr.

Presidente é o chefe do executivo, fazia questão de reencaminhar o e-mail e as fotos sobre os cavalos, solicitando que fossem tomadas providências no imediato, para que daqui por seis meses não andassem ainda a falar dos cavalos do Sorraia. Para terminar o Sr. Vereador disse que o Sr. Presidente interrompeu várias vezes um vereador da oposição, quando o mesmo se referiu ao facto do presidente do conselho fiscal da Arpica ser o mesmo presidente do conselho fiscal da Agroalpiarça e de supostamente esse senhor não ter perfil para deter o cargo, tendo o Sr. Presidente afirmado que isso era uma forma vil do Sr. Vereador Francisco Cunha fazer política e de ter uma atitude persecutória contra essa pessoa, que por acaso é também a mesma pessoa que detém o cargo de chefe de gabinete do Sr. Presidente da Câmara de Alpiarça e que o Sr. Presidente agora relativamente à I.G.F. - Inspeção Geral de Finanças, estava exatamente a ter o mesmo comportamento, em relação ao Partido Socialista, alegando praticamente que a I.G.F. tem uma atitude persecutória contra o atual executivo de maioria CDU, por já ter vindo fazer várias inspeções em pouco tempo, e que no tempo do PS fez apenas uma inspeção em sete anos, mas o que se desconhece é o motivo dessas inspeções. Porque tomando a I.G.F. como entidade idónea e isenta, também pode ter acontecido que tivessem detetado coisas que não estariam bem e que leva os inspetores a terem de vir cá mais vezes e era bom que o Sr. Presidente clarificasse o que pretendeu alegar contra a I.G.F. e a um hipotético favorecimento do PS, ao que o Sr. Presidente interrompeu de imediato para dizer que não sabe se é ou não uma atitude persecutória, por parte da I.G.F., o que sabe é que durante sete anos e no tempo dos executivos PS houve apenas uma inspeção e que agora em poucos anos de mandato deste executivo de maioria CDU já era a terceira inspeção que tinham e que portanto há, no mínimo, um tratamento desigual, relativamente a executivos anteriores. Relativamente ao FAM e às dívidas herdadas o Sr. Vereador Pedro Gaspar opinou que em cerca de 40 anos de poder local democrático o PS esteve cá a governar 12 e a CDU os restantes anos, portanto há um rácio da dívida fácil de obter. Disse também não perceber como é que o Sr. Presidente iria apurar responsabilidades, relativamente a executivos anteriores, se porventura a câmara de Alpiarça se visse

obrigada a recorrer ao FAM, quanto este Executivo está sob a alçada de um Plano de Saneamento Financeiro, que contraiu um empréstimo de cerca de 6 milhões de euros, que serviu supostamente para tirar a câmara de Alpiarça da difícil situação financeira em que se encontrava. -----

----- O Sr. Presidente respondendo de imediato ao Sr. Vereador Pedro Gaspar, disse que quando falou em apuramento de responsabilidades, se eventualmente tivessem de recorrer ao FAM, estava a falar de responsabilidades políticas. Se houver outras responsabilidades terão de ser as autoridades a detetá-las, mas estava convencido que os executivos PS não cometeram ilícitos criminais durante a sua gestão, mas que não se pode esconder que houve ultrapassagens ao limite de endividamento no último mandato PS e que foi legada uma enormíssima dívida de curto prazo a fornecedores, superior a seis milhões de euros, que levou a que a câmara estivesse praticamente paralisada no último ano do último mandato do PS, porque já ninguém fornecia a câmara, nem a câmara tinha crédito em qualquer fornecedor e havia máquinas paradas porque ninguém queria fornecer peças, havia trabalhadores parados porque não havia dinheiro para cimento, nem para tintas, nem para algumas ferramentas, nem para outros materiais básicos. Por outro lado relativamente à questão do rácio da dívida, ou como isso se possa chamar, o Sr. Presidente disse que não concordava com aquilo que tinha sido dito pelo Sr. Vereador Pedro Gaspar, porque nem o Poder Local Democrático tem 40 anos nem se podem ir assacar responsabilidades a executivos de há 20 ou 30 anos atrás, quando já passaram pelo município uma série de executivos, depois desses. Considerou ainda que o PSF a que a câmara aderiu não é comparável a TROIKAS, opinou que o FAM, esse sim foi desenhado à medida da intervenção estrangeira em Portugal e vai até ter uma comissão diretiva formada por três entidades, como a TROIKA e que terá poderes completamente discriminatórios. Relativamente à castanhada, disse que a câmara de Alpiarça não tem sacos azuis e que a intervenção que tiver de ser feita no Mercado Municipal será da responsabilidade da câmara municipal. O Sr. Presidente deu por encerrado este período, concedendo um curto intervalo, dando início ao período seguinte.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Regimento da Câmara Municipal de Alpiarça. Proposta do Sr. Presidente da Câmara. Para deliberação. -----

----- O Sr. Presidente fez a apresentação do ponto, informando que este documento já foi discutido com os vereadores da oposição numa reunião informal, foi submetido a apreciação jurídica e hoje vem aqui como proposta final para aprovação. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar propôs que na redação do art.º 2.º, as reuniões extraordinárias também pudessem ter período de intervenção do público, tal como acontece com as reuniões ordinárias. -----

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha disse que tinha algumas dúvidas sobre o art.º 6.º, em que no seu ponto 3, refere que “A ordem do dia de cada reunião é distribuída aos Vereadores com 2 dias úteis de antecedência.” Acrescentou que tinha dúvidas se a Lei refere 48 horas ou 2 dias úteis de antecedência, porque na sua opinião não são a mesma coisa. Terminou dizendo que segundo julga saber nunca houve Regimento na Câmara Municipal de Alpiarça, sendo este o primeiro Regimento em décadas, e que não via necessidade de haver regimento, mas há que respeitar as iniciativas e decisões da maioria e espera que apesar do Regimento possa haver alguma flexibilidade nos períodos de intervenção da oposição e que haja o bom senso deste documento não ser destinado a limitar a palavra aos vereadores e que iria votar favoravelmente. -----

----- O Sr. Presidente afirmou que enquanto foi Vereador na oposição e no seu primeiro mandato enquanto Presidente de Câmara, nunca houve qualquer Regimento neste órgão autárquico, e que o mesmo nasceu da necessidade de disciplinar as intervenções. Disse que como é patente, mesmo hoje, o Período de Antes da Ordem do Dia, foi largamente ultrapassado e considerou que o que consta deste Regimento “grosso modo” é o que já se fazia nas reuniões da câmara municipal de Alpiarça. Depois relativamente à sugestão do Sr. Vereador Pedro Gaspar o Sr. Presidente concordou que se introduzisse período de intervenção do público também para as reuniões de câmara extraordinárias. Sobre a observação do Sr. Vereador Francisco Cunha relativamente ao prazo ser de quarenta e oito horas ou de dois dias úteis, o Sr.

Presidente disse ter conhecimento que a Lei refere-se sempre a dias úteis quando estabelece prazos. -----

----- A proposta de Regimento foi posta à votação tendo sido aprovada por unanimidade com as alterações sugeridas. -----

Ponto 2 - Empreitada Remodelação e Beneficiação do Museu de Alpiarça – Casa Museu dos Patudos – Liberação de Garantia Bancária. Informação Técnica n.º 55/2014. Para deliberação. -----

----- O Sr. Presidente pôs o ponto à discussão, dando a palavra ao Sr. Eng.º Portugal de Sousa que fez a apresentação da sua informação. -----

----- Posto o ponto à votação foi aprovada por unanimidade a liberação desta garantia bancária, de acordo com a informação técnica. -----

Ponto 3 - Licença especial de ruído, para um evento de Karaoke, a realizar na Rua Silvestre Bernardo Lima, n.º 210, em Alpiarça, entre as 22h do dia 01 de Novembro e as 02h do dia 02 de Novembro de 2014. Requerente: Maria Prazeres Cruz Fitas Silva. Para ratificação. -----

----- O Sr. Presidente pôs o ponto à discussão, dizendo que o ponto vem para ratificar. O Sr. Vereador Pedro Gaspar e o Sr. Vereador Francisco Cunha informaram que se iriam abster nesta ratificação. -----

----- O ponto foi posto à votação, tendo sido aprovado por maioria com as abstenções do Sr. Vereador Pedro Gaspar e do Sr. Vereador Francisco Cunha. Em declaração de voto o Sr. Vereador Francisco Cunha disse que se abstinha neste ponto, tal como o tem vindo a fazer em reuniões anteriores, por se tratar de uma ratificação e não de uma deliberação. O Sr. Vereador Pedro Gaspar em declaração de voto, disse que a votação do ponto mereceu a sua abstenção em virtude de haver necessidade de verificar se legalmente o espaço em causa tem as condições e a licença de utilização necessária para que este tipo de eventos ali se possam realizar. O Sr. Presidente também fez declaração de voto, afirmando que autorizou por seu despacho de 31 de Outubro de 2014, porque no respeito pelos prazos de envio da documentação à reunião de câmara, era impossível deliberar em tempo útil sobre este pedido de

licença para a realização do evento, como tal recorrendo a uma prerrogativa que a Lei atribui ao presidente da câmara, autorizou e trouxe a reunião de câmara para ratificar. -

Ponto 4 - Licença especial de ruído, para um evento de Karaoke, a realizar na Rua dos Bombeiros e da Música, n.º 4 (Bar da Música), em Alpiarça, entre as 22h do dia 08 de Novembro e as 02h do dia 09 de Novembro de 2014. Requerente: Isabel Maria Lopes dos Santos Carapinha. Para ratificação. -----

----- O Sr. Presidente pôs o ponto à discussão, dizendo que o ponto também vem para ratificar. O Sr. Vereador Francisco Cunha informou que se iria abster nesta ratificação e sempre que os pedidos de licença não sejam efetuados em datas que permitam a sua vinda a reuniões de câmara. -----

----- O ponto foi posto à votação, tendo sido aprovado por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Francisco Cunha, que em declaração de voto disse que se abstinha neste ponto, tal como o tem vindo a fazer em reuniões anteriores, por se tratar de uma ratificação e não de uma deliberação, porque os serviços devem avisar os requerentes para terem a noção e a responsabilidade de efetuarem os pedidos de licença numa data que permita que os mesmos sejam analisados em reunião de câmara, e que admitiria votar favoravelmente as ratificações se fossem casos esporádicos o que não acontece, pois em muitos casos as ratificações às licenças especiais de ruído constituem a maioria dos pontos da ordem de trabalhos das reuniões de câmara. -----

Ponto 5 - Licença especial de ruído, para um evento de Karaoke, a realizar na Rua Silvestre Bernardo Lima, n.º 210, em Alpiarça, entre as 21h do dia 15 de Novembro e as 02h do dia 16 de Novembro de 2014. Requerente: Maria Prazeres Cruz Fitas Silva. Para deliberação. -----

----- O Sr. Presidente pôs o ponto à discussão, dizendo que o ponto vem para deliberação. Não se verificando qualquer intervenção foi o ponto posto à votação tendo sido aprovado por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Pedro Gaspar. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar em declaração de voto, disse que a votação do ponto mereceu a sua abstenção em virtude de haver necessidade de verificar se legalmente o espaço em causa tem as condições e a licença de utilização necessária

para que este tipo de eventos ali se possam realizar. -----

Ponto 6 – Proposta do Sr. Presidente para se deliberar sobre o prolongamento do horário de funcionamento do Bar “Tem Que Ser”, sito na Rua Óscar Monteiro Torres, n.º 20, em Alpiarça. -----

----- O Sr. Presidente pôs o ponto à discussão, registando-se as intervenções do Sr. Vereador Pedro Gaspar e do Sr. Vereador Francisco Cunha, que se mostraram favoráveis a esta proposta. -----

----- O Sr. Presidente pôs o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, e deu por encerrado este período. -----

PERÍODO DO PÚBLICO -----

----- Havendo público na sala, foram abertas as inscrições, tendo o Sr. Presidente dado a palavra ao único munícipe inscrito, Sr. Eduardo Costa. -----

----- No uso da palavra o sr. munícipe disse que hoje vinha aqui falar sobre a redação da ata n.º 10/2014, de 23 de Maio e aprovada na última reunião de câmara, porque o Sr. Presidente, de uma forma intempestiva não lhe quis dar a palavra, nessa reunião, depois de ter falado o sr. munícipe Ricardo Vaz. Acrescentou que o que quer dizer é apenas isto: a ata foi aprovada, mesmo depois da chamada de atenção do Sr. Vereador Francisco Cunha, na altura da aprovação da mesma e tal como o munícipe e funcionário Sr. Ricardo Vaz que elaborou a ata, na sua intervenção no período do público, disse e muito bem, que se tratava apenas de uma questão de pontuação, bastando colocar um ponto final em vez de uma vírgula, ou abrir um novo parágrafo e o texto fica logo com um sentido diferente, porque quem lê a ata tal como foi aprovada fica com a ideia que houve aqui tristes incidentes com o munícipe Eduardo Costa o que não foi o caso. O sr. munícipe Eduardo Costa solicitou a possibilidade de se alterar o texto da redação da ata de “apenas que determinadas situações que se passaram na reunião deveriam ser relatadas, considerou que não vai fazer isso, porque toda a gente sabe os tristes incidentes que aqui se passaram, em relação ao que foi dito no período do público pelo munícipe Eduardo Costa, considerou ...” pelo texto “apenas que determinadas situações que se passaram na reunião deveriam ser relatadas,

considerou que não vai fazer isso, porque toda a gente sabe os tristes incidentes que aqui se passaram. Em relação ao que foi dito no período do público pelo munícipe Eduardo Costa, considerou ...". Na opinião do munícipe, com o ponto final dá-se início a outra frase e quem vier a ler a ata, sabe que o mesmo nada teve a ver com incidentes que se teriam passado nessa dita reunião de câmara. -----

----- O Sr. Presidente em resposta ao senhor munícipe Eduardo Costa, disse que só não lhe concedeu a palavra porque ela foi pedida de forma intempestiva, porque só havia uma inscrição. Quanto à alteração sugerida, o Sr. Presidente referiu que não se tinha apercebido das correções que o Sr. Vereador Francisco Cunha queria introduzir na ata, dado que o mesmo fez uma série de considerações à volta do assunto dos incidentes, só se tendo apercebido da simplicidade da alteração aquando da explicação dada pelo sr. munícipe e funcionário Ricardo Vaz. Prometeu trazer a ata à próxima reunião de câmara, para aprovar a redação da ata 10/2014 com a correção solicitada pelo sr. munícipe Eduardo Costa. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezoito horas e dez minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata das deliberações, se lavrou a presente ata, em minuta, que foi aprovada por unanimidade, sem a presença devidamente justificada do Sr. Vereador Francisco Cunha, que se ausentou após a intervenção do munícipe, Sr. Eduardo Costa. -----

----- E eu, Maria do Céu Augusto, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----